COMISSÃO DE CONCURSO PARA JUÍZES SUBSTITUTOS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE JUIZ DE DIREITO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL Nº 91 – TJBA, DE 18 DE JULHO DE 2024

A Desembargadora Ivete Caldas Silva Freitas Muniz, Presidente da Comissão Especial de Concurso, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 8006623-31.2020.8.05.0000, em andamento no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, torna pública a retificação do resultado final da candidata Gabriela Silva Paixão, inscrição nº 10001322, no concurso, divulgado por meio do subitem 2.1 do Edital nº 54 – TJBA, de 12 de novembro de 2020, e suas alterações, conforme a seguir especificado.

[...]
2 RESULTADO FINAL NO CONCURSO PÚBLICO
2.1 Resultado final no concurso público, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação, nota final e classificação final no concurso.
[...] 10001322, Gabriela Silva Paixão, 7.219, 68
[...]

DESEMBARGADORA IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
Presidente da Comissão Especial de Concurso para provimento dos cargos de

Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

UNICORP - UNIVERSIDADE CORPORATIVA

PORTARIA Nº41, DE 18 DE JULHO DE 2024
Cria Polos Regionais da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA MINISTRO HERMES LIMA – UNICORP-TJBA E ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRADOS E SERVIDORES JUDICIÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA – MASB, no uso de suas atribuições legais e administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a capacitação contínua dos servidores e magistrados do Tribunal de Justiça da Bahia, nos termos do quanto estipulado no art. 1º do seu Regimento Interno, alinhados aos parâmetros do Plano Diretor do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a importância de descentralizar e regionalizar as atividades da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – UNICORP-TJBA para atender de forma mais eficaz todas as comarcas do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a equidade no acesso às atividades formativas, garantindo que servidores e magistrados de todas as regiões tenham igual oportunidade de participar dos programas oferecidos;

CONSIDERANDO os benefícios logísticos e operacionais que a criação de polos regionais trará para a execução do projeto pedagógico da UNICORP-TJBA;

CONSIDERANDO a importância de fortalecer a integração entre as diversas comarcas do Estado, fomentando a troca de experiências e conhecimentos;

CONSIDERANDO que no seu planejamento estratégico, estabelecido para o sexênio 2021-2026, a UNICORP-TJBA definiu como demanda estratégica a Estruturação de Polos Descentralizados para facilitação da disseminação do conhecimento, em consonância com o disposto na Resolução nº 03, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre a Estratégia do Poder Judiciário do Estado da Bahia;

RESOLVE

Art. 1º Criar 7(sete) polos regionais, acompanhados das comarcas abrangentes, da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, conforme distribuição e localização definidas no Anexo Único.

§1º Cada Polo Regional terá um Juiz Coordenador, com atuação na área de abrangência definida no Anexo Único, sem prejuízo das funções jurisdicionais e sem acréscimo de remuneração.

Art. 2º Os Polos Regionais serão supervisionados e orientados por 2 (dois) Juizes Coordenadores Adjuntos, indicados pelo Diretor da UNICORP-TJBA, sem prejuízo das funções jurisdicionais e sem acréscimo de remuneração.

Parágrafo único. Nos casos de impedimentos, suspensão e ausências, um(a) Juiz(a) coordenador(a) adjunto substituirá o(a) outro(a).

Art. 3º A sede da Universidade Corporativa, localizada em Salvador, acompanhada das comarcas abrangidas pela região metropolitana, conforme Anexo Único, ficará sob responsabilidade direta do(a) Juiz(a) Coordenador(a) Geral da UNICORP, com apoio do Juiz Coordenador Adjunto designado para esta Região.

Art. 4º São competências dos Juízes Coordenadores, na representação do seu respectivo Polo:

- I – Coordenar as atividades pedagógicas e administrativas do respectivo polo regional sob sua responsabilidade;
- II - Promover a articulação intersetorial do ensino na respectiva região, identificando instituições para estabelecer parcerias, visando à realização de projetos e ações;
- III - Elaborar um cronograma de eventos e/ou cursos, no respectivo Polo, que contemplem, pelo menos, 3 (três) ações anuais.
- IV - Identificar as necessidades de capacitação de Magistrados e Servidores locais indicando cursos com escopo de promovê-la;
- V – Promover a integração entre os magistrados, servidores e demais colaboradores vinculados ao seu respectivo polo;
- VI- Promover a execução do planejamento pedagógico referente às necessidades diagnosticadas dos juízes e servidores de sua região;
- VII – Representar a UNICORP perante as autoridades locais e demais instituições, quando autorizados;

Art. 5º São competências dos Juízes Coordenadores Adjuntos, na atuação perante os Polos Regionais:

- I – Coordenar as atividades pedagógicas e administrativas dos respectivos polos regionais sob sua responsabilidade;
- II- Elaborar, em conjunto com o Juiz Coordenador, o planejamento estratégico e acadêmico do polo regional, submetendo a Coordenação Geral da UNICORP-TJBA;
- III- Promover a articulação intersetorial do ensino na respectiva região, identificando instituições para estabelecer parcerias, visando à realização de projetos e ações;
- IV- Identificar as necessidades de capacitação de Magistrados e Servidores locais;
- V- Promover a execução do planejamento pedagógico referente às necessidades diagnosticadas dos juízes e servidores de cada região;
- VI - Monitorar a execução dos cursos realizados nos respectivos Polos, zelando pela elaboração e execução do cronograma anual;
- VII - Orientar as Comarcas dos Polos Regionais e zelar pela observância das diretrizes pedagógicas estabelecidas pela UNICORP-TJBA;
- VIII – Representar a UNICORP-TJBA perante as autoridades locais e demais instituições, quando autorizados;
- X - Apresentar relatórios trimestrais de atividades à Diretoria da UNICORP-TJBA.

Ar. 6º A implantação e instalação dos Polos Regionais serão realizadas por ato do Diretor-Geral da Universidade Corporativa, observando-se as necessidades logísticas e estruturais de cada região.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO DIRETOR DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA, em 18 de julho de 2024.

Desembargador JATAHY JÚNIOR
Diretor-Geral

ANEXO ÚNICO

POLOS REGIONAIS		COMARCAS
1	SALVADOR (POLO METROPOLITANO)	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, NAZARÉ, ITAPARICA, ALAGOINHAS, CATU, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ E POJUÇA
2	ILHEUS (POLO DO SUL)	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPERÓÁ
3	LUIS EDUARDO MAGALHÃES (POLO DO OESTE)	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COITEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE-XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU. IBOTIRAMA
4	PORTO SEGURO (POLO DO EXTREMO SUL)	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS

5	FEIRA DE SANTANA (POLO DO CENTRO NORTE)	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA CIPÓ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBURPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÁ, SEABRA, IRAQUARA E SANTO ANTÔNIO DE JESUS
6	VITÓRIA DA CONQUISTA (POLO DO CENTRO SUL)	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
7	JUAZEIRO (POLO DO NORTE)	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO.

MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORIA GERAL

ATO NORMATIVO N. 02/2024-CGMP/BA

Institui e regulamenta a Transação Administrativa Disciplinar e o Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia, com a finalidade de conferir agilidade, eficiência e efetividade na resposta disciplinar para infrações consideradas de menor potencial ofensivo, puníveis com advertência e censura.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 29, V-B, da Lei Complementar Estadual n. 11, de 18 de janeiro de 1996,

CONSIDERANDO a relevância do princípio da solução pacífica dos conflitos, extraído da Constituição Federal de 1988 a partir de seu preâmbulo e do art. 4º, VII;

CONSIDERANDO que os princípios constitucionais da Administração Pública indicam a necessidade da consagração de instrumentos, métodos e técnicas de gestão dos poderes públicos que materializem a tutela adequada;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, § 2º, do Código de Processo Civil, que determina ao Estado a promoção da solução consensual dos conflitos, sempre que possível;

CONSIDERANDO a consensualidade instituída na seara penal, por meio de institutos como os da transação penal e da suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/1995), assim como do acordo de não persecução penal (Lei n. 13.964/2019), sinalizando para a disponibilidade regrada da pretensão punitiva estatal;

CONSIDERANDO a consensualidade instituída na seara da improbidade administrativa, pelo acordo de não persecução cível (Lei n. 13.964/2019);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, instituída pela Resolução n. 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, como forma de disseminação da cultura de pacificação e estímulo às soluções consensuais;